



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA TRÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM (03-05-2021).

Ao terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e um realizou-se na Câmara Municipal de Mariana às treze horas e dez minutos a segunda reunião extraordinária da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Mauricio Antônio Borges Andrade e Silva; Vice-Presidente: Ricardo Miranda Thomaz; Vogal: Edson Agostinho). Foram convocados: a Secretária Municipal de Administração, Sra. Arlinda Coelho; o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Danilo Brito e que este estenda o convite ao representante do Consórcio ICISMEP; e, convidados a Comissão de médicos, Conselho Municipal da Saúde, para tratarem sobre situação do processo seletivo dos médicos que vence no final do ano, valor da remuneração dos médicos; situação do Consórcio ICISMEP. Estiveram presentes: os vereadores Adimar Cota, Ediraldo Ramos, Fernando Sampaio, José Antunes, José Sales, Manoel Douglas, Marcelo Macedo; os convocados e convidados. **ABERTURA:** Em nome de Deus e de todos os cidadãos marianenses e havendo número regimental Mauricio Borges declarou aberta a reunião seguidamente abriu votação para a ATA da primeira reunião extraordinária dessa Comissão que fora aprovada por unanimidade. Posteriormente Mauricio Borges disse que iriam continuar a discussão que era abrangente e complexa em relação aos honorários dos médicos e em relação a pejetização e que esperavam chegar em um consenso. Assim sendo agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o Secretário Danilo Brito. Com a palavra Danilo Brito cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de poderem discutir e encontrar uma forma de atender a todos, disse que a reunião estava agendada para a semana passada, mas que teve que participar de uma audiência e por isso informou que não compareceria a reunião. Disse que a princípio precisam ver se chegaram a algum consenso, se o sindicato chegou e a câmara também, porque na última reunião discutiram que os cargos estavam extintos e que tinham esses contratos e que estavam em um momento de pandemia e que pelo que foi falado pela Secretária de Administração. Disse que a proposta que teria é de um respaldo, um projeto de lei onde esses contratos de Pessoa Física mesmo vencidos pudessem ser aplicados até o final do ano. Posteriormente Marcelo Macedo deu a sugestão de manter os contratos existentes no município e aplicar a pejetização para os próximos médicos a serem contratados. Mauricio Borges



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

disse que isso que iria perguntar para a Arlinda. Com a palavra Danilo Brito disse que era isso que iria falar, manter esses contratos até trinta e um do doze, não sabe qual seria a ferramenta legal, mas que seria nesse sentido e que independente disso teriam que complementar com médicos por que estão trabalhando vinte e quatro horas em três frentes. Seguidamente com a palavra Arlinda Coelho disse que a proposta é pertinente para o momento e que como dito pelo Secretário Danilo Brito os médicos contratados não atendem à demanda hoje e que seria ideal que de fato viabilizassem mas que não bastava prorrogar porque existe previsão de contrato previsto por lei e que terão que encaminhar e que precisão de uma autorização legislativa para a prorrogação desses contratos até trinta e um do doze, disse que a maioria dos contratos dos médicos já está vencendo entre o mês de abril e de outubro, novembro. Disse que fariam a prorrogação por tempo que seria discutido internamente e que encaminhariam esse projeto de lei para a Câmara. Lembrando que até pela questão de alguns profissionais quererem aderir ao Pessoa Jurídica devido ao teto discutido na reunião anterior que não podem ser remunerados para além do teto do salário do prefeito. Com a palavra Marcelo Macedo disse que deu uma sugestão devido ao momento de poderem estar perdendo os médicos, mas que não era a favor da pejetização e que acredita que ela traz um prejuízo para o profissional. Seguidamente Mauricio Borges disse que a prorrogação do contrato dos médicos até dia trinta e um de dezembro será de grande importância porque os médicos que estão atuando hoje não serão prejudicados, disse que votaram o consorcio com o pensamento de que teria uma aceleração da contratação dos médicos que estão aderindo ao Pessoa Jurídica (PJ) e que segundo o Secretário médicos de outras cidades já aderiram ao consórcio e que o fator principal é resolver a situação dos médicos que ficariam prejudicados sem receber seus direitos trabalhistas. Com a palavra Dr. Marcone cumprimentou a todos e disse que gostaria de manifestar inicialmente que discordam parcialmente dessa proposta inicial que está sendo encaminhada. Assim sendo disse que o Secretário Danilo Brito disse que em função da situação de calamidade que estamos passando precisa dos médicos Pessoa Jurídica e que eles discordam disso e que a Secretaria de Saúde precisa de médicos e que esses médicos podem ter diversas formas de vínculo e que era isso que estavam discutindo. Posteriormente disse que se colocou a questão do tempo para contratar rapidamente até que se discuta o vínculo de melhor qualidade, mas que um processo seletivo simplificado e uma contratação por uma empresa terceirizada não faz diferença do ponto de vista de tempo e além disso caso se opte por usar



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000

www.camarademariana.mg.gov.br

a terceirizada salientando que terceirização e pejetização são coisas diferentes e que é possível usar o ICISMEP como empresa terceirizada para a contratação dos profissionais mas que eles não precisam ser pejetizados. E que o entendimento deles é que emprego público é estatutário e emprego privado é CLT e que o argumento da Sra. Arlinda pode ser atendido até que se discuta a viabilização de um concurso público e que não vê porque a ICISMEP poder oferecer aos médicos que assim desejarem se vincularem como pessoa jurídica, como empreendedor ou como celetista e que não oferecer essas questões é impor pejetização, é impor todas aquelas questões e subterfúgios que ferem princípios da legalidade do emprego público. Assim sendo disse que discordam que a contratação rápida tem que ser por pejetização porque ela pode ser por contrato temporário simplificado, processo seletivo simplificado e que discordam que terceirização seja igual a pejetização e que pode ocorrer de forma celetista disse que só concordam que esses contratos temporários sejam realizados até que a Câmara volte a instituir os cargos e viabilize o concurso público. Destacando que no seu entendimento a lei de nº173/2020 não existe para inviabilizar o serviço público e que ela existe para limitar a expansão do gasto público em um momento de calamidade. Seguidamente com a palavra Paloma advogada do SINDMED-MG cumprimentou a todos e disse que a lei de nº173/2020 vem limitar excesso de gastos e que estavam falando de uma falta de organização do município que não foram criados os cargos que deveriam ter sido criados inclusive até pela própria intervenção do Ministério Público quando fala que não poderiam renovar os contratos para que esses cargos sejam efetivados como deve ser, obedecendo a ordem constitucional em que a entrada do servidor no município deve ser obrigatoriamente pelo concurso e que com certeza o Ministério Público não estaria lhes dando uma brecha para substituir o serviço público essencial por empresas. Disse que a própria lei determina que é possível essa contratação diante da necessidade do serviço e que inclusive o Tribunal de Contas de Minas Gerais em um parecer recente de fevereiro traz diversas pontuações em que garante que a lei nº173/2020 não barra a realização de concurso público muito menos para a contratação temporária de servidores públicos para atuar na área da saúde e que ela inclusive garante um repasse de dinheiro da união para os municípios para que seja mantida a remuneração desses servidores. Disse que como Dr. Marcone ressaltou entende que é totalmente possível o processo seletivo temporário nesse momento para poder garantir a manutenção desses médicos e poder garantir também o tempo para que esse concurso seja preparado. Disse que quando o município terceiriza o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000

www.camarademariana.mg.gov.br

serviço ele não deixa de ser responsável pela fiscalização e que pode sim fazer a exigência dessas empresas terceirizadas para garantir o serviço desses médicos que serão contratados e que não existe a necessidade dessa pejetização para que seja garantida a manutenção dos serviços. Seguidamente Samuel Pires disse que chama a atenção a insistência da gestão na pejetização e que quer ressaltar que a pejetização e terceirização podem ser diferentes do ponto de vista legal, e que obviamente ela é boa para alguém. Disse que a lei nº173/2020 não veda a realização de um concurso público para preenchimento desses cargos e que entende que há um erro da gestão no intuito de não criar esses cargos em gestão passadas, mas apontar que a pejetização é a solução para o preenchimento dessas vagas é um erro e que será um caminho sem voltar porque irá precarizar o trabalho e que os médicos perderam direitos e que acredita que talvez se há alguém que defenda isso do ponto de vista jurídico não está enxergando esse prejuízo e que gostaria de lembrar que a lei não limita a contratação temporária de outros médicos e também não obriga a pejetização e terceirização e por isso insistem na realização de concursos públicos e que concordam com a prorrogação de contratos temporários para que cheguem em um acordo e uma via mais justa para os médicos e que eles enquanto entidades jamais defenderão a pejetização. Seguidamente Danilo Brito disse que queria deixar claro que não existe uma insistência do município em fazer PJ, e que não concorda com a fala da Paloma de que o município não se organizou e que existe sim trabalho e responsabilidade e que como ela não participou da reunião o que levantaram foi a questão de completar os profissionais e que foi dito a questão da lei nº173/2020, disse que mediante a colocação da Paloma possui outra proposta que é o legislativo autorizar esse processo seletivo simplificado e quem sabe publicarem na próxima semana. Seguidamente acrescentou que não tem compromisso com a pejetização e que não tem compromisso com a terceirização e que o Samuel disse que alguém está ganhando e que se assim for deve ser exposto. Em relação ao que foi dito do porque o consórcio não contratar Pessoa Física disse que as pessoas do consorcio presentes poderiam falar da situação, disse estar quinze meses à frente da gestão na pandemia e disse que *"não é uma imposição do município que foi contextualizado no início foi a questão dos cargos que vieram a extinção, foi discutido na última reunião que não poderia ser criado novo cargos e que vem a Paloma trazer essa novidade perante a lei nº173/2020 pedindo para que o próprio sindicato fizesse uma documentação do jurídico do Sindicato, pedindo para o jurídico da Câmara avaliar e quem sabe não publicam esse processo seletivo na semana que vem e que seria bom para*



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000

www.camarademariana.mg.gov.br

o município e que não pode ficar com essa falta de profissional e com essa dificuldade.” Com a palavra Fernando Sampaio disse que primeiro a prefeitura precisa ver a legalidade e que se tiver legalidade mandar o projeto para a Câmara. Com a palavra Dra. Darllem cumprimentou a todos e disse que estava ali para defender o interesse do médicos, disse que concorda com o sindicato que nunca será boa uma pejotização e que querem ter seus direitos. Pediu desculpas ao falar que sabe que Danilo Brito não é medico e que não tem interesse nisso, mas falar que a PJ irá contribuir, disse que irá mas para a empresa que segundo cálculos realizados por eles receberá duzentos reais a mais por cada médico. Disse que não sabe quem irá ganhar esse valor mas que existe sim alguém ganhando. Disse que em relação a lei gostaria que a prefeitura revisse isso e que ao dizer que não faltará médico falta sim e que falta em Ouro Preto, disse que a prefeitura não tem nada a ganhar com isso e que podem ter médicos diferentes no serviço. Além disso disse que não é a única médica contra a pejotização. Seguidamente agradeceu a todos e disse que pedia a prefeitura que pensasse no prejuízo causado a população. Com a palavra Manoel Douglas cumprimentou a todos e perguntou ao Secretário Danilo Brito sobre o processo seletivo que teve sobre os cinco a sete médicos se eles foram chamados e disse que a Dra. Paloma trouxe um entendimento da lei nº 173/2020 de que podem começar a repensar algumas coisas nessa Casa e que não tinham esse entendimento de que podiam propor o concurso público e que os médicos preferem trabalhar com todos os seus direitos assegurados. Com a palavra Danilo Brito disse que não é só concurso público que o sindicato dos médicos está defendendo e que precisam fazer concurso público de outros profissionais também e que não é defensor da terceirização, mas que está procurando profissional para cobrir o serviço. Disse que passou da hora da correção dos salários que são divergentes e da abertura do concurso público e queria deixar claro que é a dificuldade de se conseguir o profissional. Disse que fizeram seis processos simplificados e todos fizeram a análise de forma direta. Além disso que precisam avançar e investir na saúde que a pandemia veio mostrar isso. Questionou também porque não deixar o processo seletivo aberto até trinta e um do doze e a medida que forem chegando irem credenciando. Posteriormente Manoel Douglas disse que precisam analisar sobre a defasagem de salário e que precisam resolver essa questão imediata. Com a palavra Dr. Samuel Pires disse que queria deixar claro ao Secretário Danilo que não se trata de questão pessoal e que enquanto médicos defenderão o trabalho médico. Disse que o que lhe chamou atenção na fala do Sr. Danilo Brito é que ele frisou mais de uma vez



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

a facilidade na contratação de médicos a PJ, ao invés de um processo seletivo e de um concurso público e que gostaria de saber baseado em que entende que seria mais fácil essa forma de contratação precária e que o município precisa priorizar o vínculo do médico garantindo seus direitos de forma a garantir a fixação do médico na cidade, disse que em momento nenhum falou que o Secretário ganha com isso mas que alguém ganha e que não sabe quem. Disse que sabe da criação do chamamento de um concurso público e que defendem também que essa discussão seria mais a médio e a longo prazo mas que por uma questão do plano de cargos e salários, do plano de carreira e que também podem usar para outros médicos, servindo como piloto de carreira se vincular esses profissionais no município. Com a palavra Danilo Brito disse que entendeu a situação de que alguém ganha e que fez a questão de frisar que o município já existe o PCCV e que na verdade o que disse anteriormente na pergunta do vereador Manoel Douglas que não é criar um PCCV e que ele precisa ser revisto e que é recente, disse que não entendeu na fala do Dr. Samuel de que ele insiste em PJ e que desde o início da reunião colocou a proposta de ter os contratos, de buscar os processos seletivos, de criar o concurso. Disse que o que está trazendo são as vagas que estão em extinção e que não está defendendo a terceirização e que está fazendo propostas para resolver a situação. Seguidamente com a palavra Elson Junior Secretário Executivo da ICISMEP disse que não pode participar da reunião mas que acompanharam tudo de perto e que entendem bem todas as colocações e que sabe das dificuldades que um gestor enfrenta a frente do município e da necessidade que tem de cuidar para garantir os direitos de todos os funcionários de uma forma geral, disse que o contrato vai além do que colocar médicos e que fazem gestão dos serviços dos médicos e que o que ofertam não é simplesmente a mão de obra médica e que ofertam a garantia de cobertura de plantão e substituição quando é necessário de um médico em um plantão. Disse que é um serviço bem mais formatado do que o que está sendo colocado e que sabem das prerrogativas que estão sendo colocadas pelos vereadores também e que vem com muito respeito. Disse que é importante pegarem o contrato e estudarem e ver que vai além de colocar médico e que estavam a disposição para resolver esse e qualquer tipo de problema. Com a palavra o vereador Marcelo Macedo disse que essa questão da contratação estava vendo que no dia vinte e oito do quatro foi publicado no diário oficial no edital número quatro de dois mil e vinte e um para a contratação de médicos de saúde da família e que é um processo seletivo simplificado e questionou se não poderiam fazer o mesmo processo seletivo simplificado para



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

esses profissionais até que se faça o planejamento de um novo concurso e que seria viável fazer esses contratos temporários até que se resolva. Com a palavra Danilo Brito disse que fizeram seis processos seletivos numa tentativa de conseguir esses profissionais, lembrando que possuem três estruturas de profissionais, que tem os médicos de atenção primária, os médicos especialistas que chamam da secundária e os médicos plantonistas. Disse que normalmente tem uma saída muito grande médicos no município que passam em residência e que perderam vários profissionais e que por isso disse ao vereador Manoel Douglas que dependem do concurso público e que se o trabalho for bem feito com os médicos de atenção primária o paciente evita de agravar, o paciente evita de ter que ir para uma UTI e que isso é a rede de cuidado. Posteriormente disse que o compromisso é o de buscar médicos e que quando não possui médicos lá embaixo recebe ligação dos quinze vereadores. Disse que isso é importante porque tentam corrigir rápido essa situação. Disse que possuem profissionais mas não possuem o quantitativo de horas e que existem profissionais que podem dar plantão em alguns dias somente e lembrou que é importante entenderem qual é a dificuldade do gestor em conseguir esses profissionais mas que se puderem deixar esse processo aberto, um edital publicado com a validade até dia trinta e um do doze e em paralelo trabalhar a questão do concurso público, haja vista que não pode ficar sem o profissional médico. Posteriormente lembrou que para o processo seletivo de enfermeiro não possuem mais lista e que não possuem mais de técnico e que é um demanda flutuante porque essa situação de pandemia uma hora vai acabar e que por isso precisam se organizar para que o município na linha do tempo consiga arcar com o que for decidido. Seguidamente Mauricio Borges perguntou se prorrogando o edital os médicos que estão na rede hoje se manteriam até o dia trinta e um de dezembro. Danilo Brito respondeu que como o processo é simples e simplificado eles poderiam estar fazendo, porque estaria aberto a todos, a qualquer médico do Brasil. Salientou que o atendimento Covid é demorado porque existem vários tipos de exames, que as vezes o paciente é liberado e depois retorna e que é uma linha de cuidado que não é simples Seguidamente Mauricio Borges disse que essa Casa sempre estará a disposição para que possam discutir e o mais importante propor soluções e que acredita que hoje através das discussões e sugestões será realmente concretizado, reformulado e que terão uma resolução dessa situação. Com a palavra Dr. Marcone disse que fica feliz por estarem prorrogado o vencimento da contratação de médicos da cidade. Disse que sobre a dificuldade da disponibilidade do profissional principalmente da compatibilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

da carga horaria, uma coisa que gostaria de reforçar é que esse é um dos problemas do vínculo precário porque o médico não se disponibiliza porque não consegue confiar naquele vinculo. Disse que sobre a questão da cobertura de faltas, coberturas de plantões extras, é para isso que existe o dispositivo da abertura de contrato temporário e que embora ele seja usado de maneira inadequada como o próprio Secretario Danilo chamou a atenção em dois mil e quatorze ao invés de abrir edital de concurso cancelaram as vagas e abriram concurso temporário para completar uma vaga que não era temporária, fizeram errado e que deveriam ter feito o concurso, ocupando aquelas vagas e usado esse processo seletivo temporário para cobertura de férias, para cobertura de licença a maternidade, para cobertura de uma demanda extra emergencial como é o caso da pandemia, liberdade essa que como a Dra. Paloma chama a atenção está prevista na lei nº 173/2020 e que ela está prevista exatamente para dar atenção a situação de calamidade pública. Disse que como forma de cobrir essa escala e uma posterior abertura de concurso público ser possível. Disse que não vê a necessidade da quarteirização e que gostaria de ouvir isso do representante do ICISMEP e por fim gostaria de reforçar que essa Câmara registre sobre os cargos necessários e abertura do edital de concurso o quanto antes como a Dra. Paloma colocou sobre o parecer em relação a lei e que estavam à disposição para disponibilizar esse material para eles. Com a palavra Junior disse que gostaria de falar sobre uma situação que existe hoje grande partes dos médicos que preferem ser empreendedores e que muitos preferem não trabalhar como CLT para terem a liberdade de trabalhar mais. Com a palavra Geraldo, Diretor da Saúde do ICISMEP cumprimentou a todos e disse que o ICISMEP surgiu como alternativa para os municípios solucionarem problemas que sozinhos não conseguiam resolver ou demandas esporádicas ou de maior dificuldade, disse que desde o início na sua constituição o ICISMEP não previu no quadro de funcionários do profissional médico devido a uma demanda oscilantes e quando o ICISMEP começou a ofertar serviço dos médicos aos municípios como alternativa para os municípios seguiu essa mesma metodologia, dizendo que os serviços poderiam ser esporádicos e de demandas pontuais. Disse que de acordo com a demanda que o município necessita o ICISMEP procura essa demanda e fornece. Disse que manter uma mão de obra através dos funcionários CLT seria difícil porque podem ter o trabalho hoje e não ter amanhã e que atuam de acordo com a necessidade dos municípios e que é uma alternativa para o município e se o município consegue fazer concurso, se consegue outra forma de contratação deve optar pela mais viável e mais vantajosa. Disse que atuam



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

com consultoria quando fornece o serviço médico orientando o município. Disse que o município ao aderir ao consorcio paga um valor que o consorcio não tem lucro nessa operação e que o que acontece é que a empresa que faz a contratação tem uma remuneração. Com a palavra Dr. Marconi disse que gostaria de chamar atenção para que o Juninho disse que é real, que existem médicos no mercado que empreendem e que na última reunião a Dra. Darllem comentou que ela possui uma empresa e que isso é perfeitamente possível e que o que chamam a atenção é o direito do profissional e que o Diretor do ICISMEP deixou claro que não oferece essa questão e que assim sendo a ICISMEP impõe a pejetização aos médicos e que discordam disso e que queria chamar a atenção que a terceirização precariza esse vínculo muito seletivamente para o profissional médico e que chamam a atenção para o fato de que o ICISMEP tem contrato CLT com todas as especialidades menos para os médicos e que em nenhum momento foi discutida pela prefeitura pejetização de outros cargos. Com a palavra Edson Agostinho cumprimentou a todos e disse que essa reunião era de suma importância e que gostaria de verificar com Ricardo Miranda e Ediraldo Ramos se poderiam ceder o espaço haja vista que possuíam apenas um projeto para ser discutido. Com a palavra Ricardo Miranda disse que sabem que esse assunto é de extrema importância e que como não tem nada a tratar e de tamanha relevância o assunto abordado nessa reunião concordava plenamente. Com a palavra Ediraldo Ramos cumprimentou a todos e disse que concordava plenamente. Assim sendo o espaço foi cedido e Mauricio Borges agradeceu por poderem continuar a discussão do assunto. Com a palavra Dra. Darllem disse que se esta faltando tantos médico na policlínica e precisam fazer PJ porque então os dez contratados que estão lá gostaria de saber se os contratos serão prorrogados até o final do ano ou extintos. Com a palavra Danilo Brito disse que prorrogou no sentido de conversar com a Câmara para ver se seria possível. E que sabe que a gestão nunca impôs horário ao médico e que sempre foi discutido até onde o médico gostaria de estar trabalhando e que acredita que a Darllem poderia estar verificando isso, assim como outros profissionais porque não fazem dessa forma e que na maioria das vezes é acertado com o profissional e que estão ali para discutir. Seguidamente disse que o que está acontecendo é somente com os médicos como dito pelo Dr. Marconi em relação a pejetização. Disse que a preocupação deles é entregar um bom serviço e que espera a resolução de forma a garantir seus direitos e que pedia a Arlinda para que conversasse com o prefeito para manter o processo de hoje vigente, até que seja realizado novo concurso público ou nova contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hélivio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

e que a pejetização não é o melhor caminho. Seguidamente Mauricio Borges disse qe estarão sempre a disposição para buscar o melhor caminho quando profissionais se sentirem insatisfeitos. Com a palavra Danilo Brito disse que a Dra. Darllem é uma excelente profissional e que estão abrindo um processo seletivo à contratação de dez horas semanais de profissionais pediatras e que o que estava sendo discutido era a questão dos médicos plantonistas clínicos. Com a palavra Arlinda Coelho disse que é importante dizer que não retomaram os assuntos discutidos na semana passada por entender que eles já estavam superados e que os participantes seriam os mesmos e que se não fossem já estariam inteirados da discussão que foi bastante produtiva e disse que estava falando isso porque a Dra. Paloma disse que o Ministério Público não faria impedimento na contratação presencial e de fato isso não foi levantado em momento nenhum. Disse que o objeto do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é a regularização para contratação temporária por parte do município e como é sabido o município tem uma própria autonomia perante a Constituição Federal para atualizar seu quadro de pessoal e então do contrario do que afirmado pela Dra. Paloma que esses cargos não existiram e que o município não se organizou para isso na verdade os cargos existiram sim, foram criados e sofreram transformações ao longo do tempo seja em quantitativo de vagas ou na questão salarial e esses cargos foram extintos pelo PCCV que é uma lei muito recente e que essa lei ficou em discussão por aproximadamente dois anos e que não foi uma decisão unilateral do município em extinguir esses cargos, além disso veio a lei complementar de nº173/2020 que dentre outras questões proibiu a admissão permanente de pessoal a qualquer titulo exceto nos cargos de Comissão e contratação temporária e proibiu também a realização de concurso público até dezembro de dois mil e vinte e um salvo para reposição de vacância em decorrência de desligamento dos servidores. Disse que na reunião anterior explicou quais os casos de vacância previstos pela Constituição Federal e que é o que município entende hoje sobre quais situações pode realizar o concurso público, mas que também não são resistentes a nenhum parecer contrário. Posteriormente disse a Dra. Paloma que toda a ajuda era bem vinda e que poderia encaminhar esse material para eles mas que é uma questão que será superada pelo jurídico, pelo jurídico da Casa Legislativa com o Executivo e o Jurídico do Sindicato, mas em relação a esse preparo dos profissionais o PCCV já foi amplamente discutido pelo sindicato com as Comissões administrativas das suas categorias e que não houve intervenção do sindicato e nem dos profissionais mas que é uma situação que precisam de lado no momento e que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

precisam de uma solução rápida e que não conseguem homologar um concurso público até o dia trinta e um de dezembro. E que não pode interpretar vacância como sendo rescisão de contrato mas que é uma discussão que deve ser traçada mas com os órgãos competentes e que quando o município propõe prorrogar os contratos vigentes está dizendo que tem médico plantonista que esta com o contrato vencendo em abril, junho, outubro e novembro e que a proposta seria a lei de contratação temporária e que esses profissionais podem fiar até vinte e quatro meses e que as exceções são em casos de calamidade e que tem exceção de quantitativo e que se pega a lei de nº 175/2018, lei que regulamenta a contratação temporária do município de Mariana hoje e pega o quantitativo de casos e compara com o que realmente tem contratado hoje irão perceber médicos além do previsto na lei nº 175/2018 e que enquanto não superam essas questões em relação a lei de nº 173/2020 se pode ou não fazer concurso porque a lei de nº 173/2020 fala de despesa permanente não fala de despesa temporária e que em momento algum falou que não poderia fazer contratação de serviços essenciais. Disse que não estavam falando de desorganização e que estavam falando de trazer mais formas de resolver a questão. Além disso disse que não pode garantir que terão profissionais aptos a serem aprovados no concurso. Disse que estavam trabalhando em todas as vias possíveis e que se colocava a disposição. Com a palavra Edson Agostinho disse que a Dra. Arlinda que o que dava a entender é que o concurso público ela não conseguia contratar até dezembro e que o município precisava desses profissionais agora e se poderiam fazer o concurso, mas não dar posse no período de dois mil e vinte e um. Em resposta Arlinda disse que era uma questão para ser respondida pelo jurídico da Casa como dito anteriormente e que poderiam prorrogar os contratos vigentes em casos de falta de médicos. Seguidamente Edson Agostinho questionou se no caso seria pertinente o município enviar um projeto à Câmara para prorrogar os contratos desses profissionais até que se passe a pandemia. Assim sendo Arlinda Coelho disse que é essa a proposta. Seguidamente Fernando Sampaio questionou se o prefeito concorda em fazer concurso público. Arlinda respondeu que não e que não fez proposta de concurso público e que é uma questão que precisa ser discutida. Seguidamente explicou que o Dr. Marcone colocou a questão do concurso público como algo a ser muito fácil de ser resolvido e que estavam explicando sobre as dificuldades que encontram hoje se já houver autorização para esse vínculo e se é uma demanda permanente. Além disso disse que seria irresponsabilidade da parte dela sair dessa reunião com a função de recriar cargo. E que a solução seria prorrogar os contratos e paralelamente a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

isso prorrogar a questão da pejetização. Com a palavra Dr. Marcone disse que ficou preocupado com a fala da Sra. Arlinda porque depois de duas reuniões não chegaram a uma conclusão e que não terá vínculo estatutário, não terá vínculo celetista, o contrato que foi exigido que se findasse será prorrogado e ainda tem pejetização no meio, e que seriam péssimas escolhas e que era lamentável a fala da Sra. Arlinda. Além disso disse que o dinheiro deve ser investido em concurso público e que tinha certeza que o prefeito foi feito para cumprir leis. Disse que essa urgência e essa correria é uma questão que não cabe e que o Sr. Secretário Danilo fez questão de destacar que ele já sabia que o contrato temporário chegaria ao fim e que pelo jeito a solução seria pejetizar e que considera dois anos um bom tempo e cinco anos um tempo excelente. Disse que concorda com a Dra. Arlinda que deve haver tempo para que haja segurança para a contratação dos profissionais e por isso insistiam que esse processo deveria começar e que não vê o porque da imposição da pejetização a não ser pela observação que o Secretário Danilo fez que estava com cinquenta por cento da folha do pagamento do médico e que achava que ele queria dizer que a poetização é necessária para refrescar a folha de pagamento e que seria bom que isso ficasse claro e que a Dra. Arlinda corroborou que existe insistência na pejetização sim e que chamam a atenção de que terceirização e pejetização é a última das vias e que a urgência de que a gestão não sabia que esses contratos venceriam agora e que tem que dar uma solução é no mínimo engraçada, disse que entendem o tempo do concurso público e que compreendem que um processo seletivo simplificado é rápido o suficiente para ocupar essas vagas e que uma vez que o serviço existe, uma vez que tem médicos contratados lá a anos esse cargo existe e um não vê porque não viabilizar os cargos o quanto antes. Seguidamente Mauricio Borges disse que gostaria que chegassem a consenso e que aguardavam proposta do Executivo formalizada para agendarem nova reunião. Com a palavra Fernando Sampaio disse que não sabia se Dr. Marcone se referiu a questão de que ele disse que não existem os cargos e que deveriam criar e que para criar a lei deveria vir do Executivo e que a Câmara não poderia criar os cargos porque gera despesa para o município e por lei não podem gerar despesa e assim sendo o prefeito deveria criar novos cargos e se o prefeito não concordar não tem concurso público. Com a palavra Danilo Brito disse que primeiro queria dizer ao Dr. Marcone que continuam buscando o diálogo e que a questão do PCCV nunca participou porque não é servidor efetivo e que não sabe por qual motivo o sindicato não participou na época. Disse que não podiam falar que existe o interesse do Secretário em terceirizar e colocarem



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000
www.camarademariana.mg.gov.br

palavras em sua boca e que ninguém entendeu a dificuldade que ele estava passando. Com a palavra Dra. Arlinda disse que em momento nenhum disse que essa questão era personalíssima do prefeito e muito pelo contrário e que o que disse é que a discussão é boa e válida mas que deveria ser colocada em discussão e que não estavam saindo com a deliberação do que pode e do que não pode e que outras questões precisam ser superadas para que chegue a esse ponto e que outra questão é que os cargos não existem e que tem uma contratação temporária. Disse que a proposta seria encaminhar projeto de lei para a Câmara prorrogando o prazo dos contratos e que o município tem a opção de abrir um processo seletivo durante essa vigência e que encaminhariam até o início da semana que vem. Assim sendo Mauricio disse que assim que recebessem proposta solicitariam reunião extraordinária passando antes pela Comissão de Saúde. Com a palavra Dra. Paloma disse que entende que é necessário prorrogar os contratos e que existe a irregularidade da contratação temporária por vários anos e que precisam rever essas questões, além disso disse que estão vivendo uma pandemia, mas terão surtos de Covid constantemente e que a discussão para recriar esses cargos e melhorar a saúde do município é fundamental. Seguidamente Mauricio Borges agradeceu a presença de todos e que aguardavam o projeto de lei. Seguidamente atendendo ao requerimento do vereador Manoel Douglas, assim sendo com a palavra Manoel Douglas disse que encaminhou esse ofício diante da matéria que acompanhou no G1 e que populares estavam fazendo essa cobrança diante das trocas de vacinas aplicadas na cidade de Mariana e que a cidade estava sendo colocada de forma negativa e que gostaria que fossem esclarecidas essas questões para a população. Mauricio Borges disse que assim que recebeu o ofício entrou em contato com a Secretária da Casa para que pudessem incluir na pauta de hoje para terem esclarecimentos. Com a palavra Danilo Brito disse que primeiramente gostaria de dizer que sempre que acionada a Secretaria estará a disposição para responder e que as pessoas estão desesperadas em relação a imunização no município diante da divulgação da falta da segunda dose nas redes sociais. Disse que gostaria de fazer um convite a todos os vereadores para comparecer a vacina para ver o trabalho sério que está sendo feito e que os profissionais estão sofrendo pressão e que o cansaço pode vir a trazer erros, mas que nesse caso não foi. Disse que a Nayara é muito dedicada no que faz e que estão seguindo o Plano Nacional de Imunização à risca, disse que concordava que Mariana ficou com uma imagem negativa, mas que em Mariana existia o respeito e o compromisso. Disse que é um Secretário presente e que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000

www.camarademariana.mg.gov.br

acompanha a vacina de perto e que sabe de vários municípios que não notificaram e que ele disse que iria notificar sim e que dizia que se Mariana não tivesse notificado o Estado não saberiam, mas que existe o compromisso e respeito e que foi uma questão particular. Disse que notificaram o Estado, mas não receberam resposta. Disse que essas pessoas estão sendo acompanhadas. Disse que estavam finalizando a questão das pessoas que foram imunizadas no município e que iam publicar e que estavam encaminhando para a Câmara para ver se postavam semanalmente. Disse que erros acontecem e que irão notificar. Disse que como Secretário abriu um processo administrativo interno para apurar essa questão. Seguidamente João Bosco cumprimentou a todos e disse que foram vários casos e que precisam tomar muito cuidado e qual será o procedimento tomado para essas pessoas, qual das vacinas tomaram para resolver o erro e que não podia acontecer porque envolvia vidas. Seguidamente Manoel Douglas questionou quando foi feita essa notificação e que dia isso foi apurado. Com a palavra Nayara cumprimentou a todos e disse que o município de Mariana conta com sete notificações referentes a erros de imunização, seis são referentes a unidade de Furquim que distribuiu e uma notificação que aconteceu no Distrito de Cachoeira do Brumado disse que esses erros foram encontrados por ela e que fizeram auditoria como sempre fazem quando recebem e que foi detectado esse erro e que as enfermeiras foram contactadas e que confirmaram que ocorreu a troca com vacinas de laboratórios distintos dentro das primeiras quarenta e oito horas disse que fez a notificação e que não foi omitido em momento nenhum. Disse que são doses que são avaliadas sempre e que não detectaram após esse erro novos erros. Disse que aguardava nova normativa do Plano Nacional de Imunização para pessoas que receberam doses erradas e que consideravam que essas pessoas não podem ser consideradas imunizadas. Disse que não possuem uma diretriz que fale sobre o que fazer e que precisam aguardar o estudo dessas vacinas por um período de tempo. Seguidamente João Bosco questionou se foram até essas pessoas e fizeram exames nelas. Nayara disse que esse estudo é das vacinas e não da Secretaria e que não podem testar nenhum paciente. Disse que pelo entendimento sabem que certa imunidade essas pessoas tem, mas que não sabem quanto, disse que o correto era notificar. Marcelo Macedo questionou se a informação era falsa e Nayara respondeu que era verdadeira e que os pacientes estão sendo monitorados, disse que não tiveram eventos graves e que todos seguem vivos. Seguidamente Marcelo Macedo questionou o mês da notificação e Nayara responde cinco de março. Posteriormente Marcelo Macedo questionou



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Rua Hêlvio Moreira Moraes, 358 - Vila do Carmo, Mariana (MG). CEP: 35.420-000

www.camarademariana.mg.gov.br

quando foram aplicadas essas vacinas. Nayara respondeu que seis foram aplicadas no dia três e uma aplicada no dia quatro de março e que detectou nas primeiras quarenta e oito horas. Fernando Sampaio questionou porque as pessoas não foram comunicadas logo após que as vacinas foram trocadas. Nayara respondeu que o Estado ficou de dar um posicionamento e que a enfermeira deveria comunicar e que o que ela tinha para fazer no ato fez e que é uma questão da unidade. Mauricio Borges disse que e que a Nayara fez a parte dela e o que faltou foi a comunicação da Atenção Primária com a coordenação da vacina e que se ela recebeu a comunicação o erro é dela. Marcelo Macedo disse que responsabilidade o município possui e com a enfermeira não comunicou a Nayara. Nayara disse que o que perguntou foi como o paciente estava. Marcelo Macedo disse que queriam evitar que acontecesse novamente. Mauricio Borges disse que o que disse é exatamente isso. Seguidamente Fernando Sampaio disse que o erro é inadmissível e que não podem demorar sessenta dias para saber como a pessoa está. Com a palavra Danilo Brito disse que sabem que a responsabilidade era da enfermeira e que irão apurar. Mauricio Borges disse que esteve conversando com colegas profissionais da central de imunização e que possuem profissionais que realizam horas extras e que deixava proposta ao executivo para que o pagamento pudesse ser de cinquenta, sessenta horas. Seguidamente agradeceu a todos e disse que continuaram com essa pauta e que iriam aguardar o Secretário Danilo apurar e que assim que tudo estivesse solucionado que encaminhasse ofício. Fernand Sampaio disse que gostaria de saber porque demoraram a ir na casa do paciente. Danilo Brito disse que seria apurado e como Secretário lamentava o erro e que iriam anexar no processo que foi notificado e o horário. Fernando Sampaio disse que o erro é passível, mas que as pessoas deveriam ter sido procuradas. Danilo Brito disse que o maior erro foi a vacina ter sido aplicada errada. Marcelo Macedo sugeriu fazer visita em loco para resolver isso. Danilo Brito disse que gostaria de seguir os tramites do processo até porque a enfermeira tem direito a defesa e se demonstrou chateada com a situação. Finalizando Mauricio Borges agradeceu e disse que aguardavam tramitação do processo. **ENCERRAMENTO:** em nome de Deus e de todos os cidadãos Marianenses Mauricio Borges encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte minutos.